

ESTRATÉGIAS FAMILIARES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM NÚCLEOS DE REFORMA AGRÁRIA

Maria Helena Rocha Antuniassi¹

RESUMO

O estudo em questão mostra a importância do grupo familiar na organização da produção e do trabalho, e nas respostas às ações do estado na inserção dos trabalhadores nos assentamentos. Depois de passar por um período de trabalho assalariado no campo ou na cidade, os assentados retornam à condição de trabalhadores autônomos pelo acesso à terra. Em confronto com os demais agentes envolvidos no processo, necessitando "trabalhar" as dificuldades que lhes são impostas pelas marchas e contramarchas da política governamental, os trabalhadores são levados a construir estratégias familiares que lhes permitem a reprodução do grupo familiar e lhes assegurem permanência no assentamento.

¹Professora Titular da FCA/UNESP e Diretora Presidente do CERU/USP.
Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

1 - APRESENTAÇÃO

O objetivo de nossa participação neste seminário é fazer algumas considerações sobre a organização do trabalho em núcleos de reforma agrária no Estado de São Paulo, criados no contexto da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, e da política de valorização das terras públicas do governo do Estado de São Paulo, que pretendeu ser uma resposta àquela reivindicação, nos anos 80.

Tais considerações têm por base a análise de alguns dados da pesquisa em andamento no Centro de Estudos Rurais e Urbanos, "Estratégias familiares nos assentamentos de trabalhadores rurais: organização do trabalho e do espaço ocupado", realizadas em convênio com o Centre de Recherche sur l'Environnement et le Developpement e Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain - Maison des Sciences de l'Homme - Paris - França.

A noção de estratégias familiares é tomada como elemento fundamental para a compreensão das ações dos trabalhadores no processo de inserção e sobrevivência nos núcleos de reforma agrária, isto é, os assentamentos de trabalhadores rurais. O que se está entendendo por estratégias familiares, são os contínuos ajustes observados nas práticas adaptativas dos grupos familiares na constituição dos assentamentos como núcleo habitacional e como base de um sistema de produção.

Análises recentes realizadas sobre os resultados do desenvolvimento do **Plano de Valorização Agrícola das Terras Públicas** mostram que a política de assentamentos do Governo do Estado de São Paulo não cumpriu os objetivos fixados. De um lado, o número de famílias assentadas ficou muito aquém das metas estabelecidas e, de outro, o Governo se limitou a criar os núcleos nas terras invadidas pelos trabalhadores (PANZUTTI, 1990).

Embora as condições de vida nos assentamentos sejam extremamente difíceis, alguns trabalhadores conseguiram criar condições de se reproduzir e realizar o sonho de voltar à terra como pequenos produtores. São as estratégias por eles desenvolvidas para se fixar e consolidar os núcleos de reforma agrária, apesar das marchas e contramarchas da política governamental que nos parece importante registrar.

2 - NÚCLEO PESQUISADO: SILVÂNIA I

Os levantamentos de dados foram realizados através das técnicas de histórias de vida dos trabalhadores e depoimentos orais dos técnicos e líderes sindicais.

O estudo acima citado está sendo realizado em um dos assentamentos da região de Araraquara, em área do Horto Florestal de Silvânia. Em 708 hectares foram constituídos quatro núcleos. As observações foram realizadas na área 1.

Entre os assentamentos do Estado de São Paulo, esse é considerado um dos núcleos mais problemáticos, tendo em vista uma série de fatores:

- distância dos núcleos urbanos;
- difícil acesso aos mesmos, dada a precariedade das estradas;
- má qualidade de suas terras (solo argiloso, arenoso, com elevada acidez e deficiências de fósforo e potássio, que demanda investimento para correção).

Esses fatores o tornam um local privilegiado para nossas observações, no sentido de que as dificuldades, vividas pelos trabalhadores pela má condução da política de assentamentos, são acirradas pelos fatores ambientais.

A constituição desse assentamento foi precedida de um longo período de negociação entre o sindicato dos trabalhadores rurais de Araraquara, a Secretaria da Agricultura e a CAIC, nos anos de 84/85. Esse núcleo foi estudado a partir de sua constituição até 1990. Visitando-o periodicamente foi possível observar, no espaço e no tempo, como os trabalhadores, organizados em GRUPOS FAMILIARES, trabalham, sobrevivem e consolidam o assentamento. Inicialmente, ocuparam terra, após um processo de seleção, 44 famílias. Numa área central da agrovila, foram construídos um prédio para posto de saúde, um armazém e um campo de futebol. Essa é a infra-estrutura que lhes foi oferecida. O posto de saúde, até 1990, encontrava-se fechado desde a sua construção, nunca lá esteve um médico, não ocorrendo, portanto, nenhum atendimento. Também não conta com escola em sua área.

Tendo em vista os percalços da política governamental, um grande número de trabalhadores não teve condições de permanecer no assentamento. No decorrer do período de observações (5 anos), o número de famílias modificou-se, chegou a 28, depois houve um processo de "reposição" e, em 1988, registravam-se 32 famílias, cada uma com um lote de 6 hectares, destinados à produção agrícola com fins de comercialização. As moradias localizam-se em outra área, em lotes de 0,50 hectare por família, formando uma agrovila, segundo os planos governamentais, esses lotes destinam-se à produção de subsistência do grupo familiar, tais como hortaliças e frutas.

Nossas observações centralizaram-se nas famílias pioneiras, isto é, aquelas que lá estão desde o início do processo de assentamento, 1985, sendo que a maioria participou da invasão das terras.

No ano de 1990 podiam ser consideradas "famílias pioneiras", 15 famílias nucleares, formando grupos de parentesco consanguíneo e/ou afins, envolvendo cerca de 70 pessoas.

A maioria dos chefes de família aponta como último domicílio a própria região de Araraquara, enquanto os grupos familiares são originários do Nordeste, Minas Gerais e Paraná, onde eram pequenos produtores com posse ou não da terra. A maioria dos trabalhadores, homens e mulheres, que tem hoje menos de 35 a 40 anos, nasceram no Estado de São Paulo, seus pais e avós é que são migrantes.

Antes de ocuparem as terras, a maioria trabalhava como assalariado temporário e apenas 10% tinham ocupação fora das atividades agrícolas.

Em 1990, para quem chegava no assentamento, no núcleo habitacional e se deparava com aquele quadro de moradias na maior parte precárias, ainda construídas de papelite, pau-a-pique ou plástico, tinha uma visão que no dizer de uma professora entrevistada é "chocante".

De fato, a visão da miséria, quando se adentra o assentamento, choca as pessoas, principalmente essa professora, habitante da cidade, que pela primeira vez visitava o local de moradia dos seus alunos. Não era o que ela esperava. No seu entender, a palavra ASSENTAMENTO traz em si uma idéia de planejamento, que a visão do quadro de miséria colocava em xeque. Na verdade, a idéia, que o tal quadro então transmitia na época, era de inércia, abandono, colocando um ponto de interrogação na capacidade dos trabalhadores e viabilidade dos assentamentos. Ora, essa é uma visão enganadora. É preciso uma pesquisa qualitativa, histórica, para abstrair a visão da miséria, adentrar os barracos e entender o que significa aquele local na vida daquela população e a teia de relações e as condições de vida que ali foram estabelecidas.

Diante do grande número de evasão de trabalhadores assentados, depois de um período de grandes sacrifícios que incluiu inclusive acampamento na beira da estrada, a

questão que se coloca é: qual a característica desses grupos que, apesar da falta de continuidade da política governamental, conseguiram se fixar no local e consolidar o assentamento?

O que se nota é que são exatamente os trabalhadores, que se instalaram enquanto grupo familiar, ou que conseguiram, em curto período de tempo, reconstituir a parentela no interior do assentamento, que permaneceram.

É, portanto, o grupo familiar que proporcionou a esses agentes sociais desenvolver uma série de estratégias que lhes permitiram sobreviver no assentamento, apesar de toda rusticidade das condições ambientais, da falta de apoio governamental que lhes foi prometido e era esperado.

Estando numa terra de má qualidade e na ausência de uma política coerente, implementada com regularidade, os trabalhadores viveram situações difíceis até para planejar o seu dia-a-dia.

O conjunto dos depoimentos de trabalhadores e técnicos indica que a maior parte dessas dificuldades está associada a uma defasagem muito grande entre a ação do técnico e o traçado da política de assentamento.

Fica claro que muitas vezes o técnico conseguia "vender" para o assentado seus planos de produção; trata-se de planos coerentes, bem trabalhados. Os técnicos exercem suas atividades com empenho, indicando que são pessoas que fizeram uma opção ideológica por esse tipo de trabalho, mas a defasagem, entre o plano traçado pelo técnico e a sua implementação, mais desorientava a família assentada do que lhe dava condições de sobrevivência. Há casos interessantes, por exemplo: em um ano os trabalhadores estavam animados dizendo: "Olha, agora nós vamos ter aqui pecuária, vamos ter financiamento para quatro vacas de leite"; contudo, no ano seguinte, a pecuária não tinha sido implantada. O desapontamento era grande, tendo em vista a inflação, pois a verba prometida, e ainda não liberada, daria apenas para comprar um bezerro. Esse tipo de problema também foi constatado para os planos de implantação da avicultura.

Face a problemas como esses, os trabalhadores, que conseguiram se assentar, são aqueles que estabeleceram uma série de estratégias de organização do trabalho, tendo por base o grupo familiar.

Como foi dito anteriormente, os trabalhadores, que conseguiram reconstituir a parentela no interior do assentamento, tiveram condições de enfrentar as dificuldades colocadas pelos percalços da não implementação dos planos traçados. Na medida em que o grupo familiar dispunha de uma certa quantidade de mão-de-obra, tinha condições de pelo menos produzir para seu autoconsumo, estabelecendo um sistema de ajuda mútua no interior da parentela.

Em um dos grupos familiares, a estratégia para conseguir recursos para compra de alguns implementos agrícolas consistia em formar "turmas de trabalho", reunindo pais, tios, avós e netos. Os homens pegavam empreitadas para construção de galpões/cercas em propriedades vizinhas.

Algumas vezes esse dinheiro era utilizado para compra de sementes. Em vários depoimentos a principal "queixa" dos trabalhadores dizia respeito ao fato de as sementes serem liberadas fora do prazo de plantio, dando-lhes a certeza de que não obteriam o resultado desejado, apesar do árduo trabalho despendido.

Para conseguir o dinheiro do "dia-a-dia", em geral, as famílias organizam-se de forma que alguns membros fiquem trabalhando no lote e no quintal e outros vão para o trabalho temporário nas grandes propriedades, seja na produção de cana-de-açúcar ou

laranja. Dependendo das tarefas a serem executadas no lote, às vezes é o chefe, outras são os filhos, tanto do sexo masculino quanto feminino, a partir dos 12 anos, que vão trabalhar como "bóias-frias".

O trabalho fora do assentamento, como assalariado temporário da mãe de família, é menos freqüente, quando ocorre, denota uma situação de penúria insustentável. Há uma intenção da família de resguardar as mulheres do trabalho assalariado que nem sempre é concretizada.

As meninas com freqüência encarregam-se dos trabalhos domésticos, liberando a mãe para o trabalho no lote. Os rapazes acima de 14 anos trabalham com mais freqüência como diaristas fora do assentamento. É importante notar que muitas vezes o trabalho dos jovens como diaristas é exercido para os vizinhos, isto é, para outros grupos domésticos que não dispõem de força de trabalho suficiente para as tarefas de seu lote. Apesar da remuneração recebida, a cessão do trabalho do jovem para o vizinho configura-se como troca de favores.

Essas estratégias que envolvem trabalho dentro e fora do assentamento, seja na própria agricultura ou não, dividido em tarefas, realizadas por várias gerações de ambos os sexos, tornam-se possível no âmbito de uma organização familiar em que todos se empenham, visando o coletivo.

Essa possibilidade está associada ao fato de que esses trabalhadores fazem parte de uma família camponesa, isto é, de trabalhadores rurais que detêm um conhecimento e valores que lhes permitem, enquanto grupo, se organizar numa terra, apesar de nenhum capital, a partir de seu próprio trabalho. É importante lembrar que o trabalho coletivo tal como planejamento e, de certa forma, imposto aos trabalhadores no início do assentamento, não faz parte da cultura do campesinato brasileiro, mas ajuda mútua sim. Esta pode ser a razão pela qual o trabalho em grupo, socializando as perdas para além do grupo de parentesco tenha se tornado tão conflitante.

Novamente se coloca a questão do porquê desses trabalhadores conseguirem, apesar de todos os obstáculos e contratemplos, quase que somente a partir de seu próprio trabalho, permanecer na terra.

Os dados analisados indicam que eles conseguiram devido ao fato de deterem um saber do camponês. É família que tem suas raízes na pequena produção, na cultura do sitiante, tão bem descrita, na obra "O campesinato brasileiro" (QUEIROZ, 1973).

Existe uma crença de que foram, para o assentamento, trabalhadores urbanos que já não detinham nenhum conhecimento das técnicas de lidar com a terra.

Quando se analisa as histórias de vida, constata-se que realmente muitos deles viveram parte de suas vidas na cidade, principalmente os mais novos, trabalhando como motoristas, pedreiros ou variadas formas de subemprego.

Essas informações dão a ilusão de que se tem no assentamento trabalhadores urbanos. Na realidade não é um trabalhador urbano, não é uma pessoa urbana, mesmo que ele esteja na cidade a partir dos 10 ou 15 anos, esse trabalhador faz parte de uma família camponesa, que tem suas raízes na pequena produção e que, infelizmente, de geração em geração, vai sendo expulsa da terra.

Por exemplo, um dos líderes, que tem hoje cerca de 40 anos, foi para a cidade com 12. Ele revela um conhecimento que é dado no conjunto do grupo familiar e valores que o prendem a esse grupo. Trata-se de um conhecimento enriquecido na passagem pela cidade que é transmitido pelos pais, isto é, avô dos pequenos trabalhadores que serão o futuro do assentamento.

É importante ressaltar que nas histórias de vida, os trabalhadores sempre se colocam

estando hoje melhor que ontem, apesar de toda rusticidade das condições em que vivem.

Quando se entrevista um trabalhador volante, bóia-fria, ele fala com saudades do passado como pequeno produtor. Idealiza o passado mesmo que nunca tenha sido o proprietário e tenha sempre vivido como parceiro, arrendatário e mesmo camarada, ele revela a crueldade do seu destino de ter sido expulso da terra. Quando se entrevista um assentado, ele dá relevo a todos os problemas que teve na sua vida de bóia-fria e de trabalho na periferia das cidades por onde andou. Já não idealiza o passado, mostra um passado de vida dura e difícil e as melhores condições do presente. É claro que para o entrevistador é difícil pensar em melhores condições ali dentro daquele barraco, mas na história da família fica nítido o fato de que as condições presentes incluem fatores que amenizam a luta pela sobrevivência.

As histórias contam, com ênfase, as doenças das crianças na periferia (bronquites, alergias, desnutrição) e a "melhoria de vida" no assentamento em que já não se passa fome e as crianças têm vida mais saudável, o ar puro, a "larguesa", a parentela reunida, as relações de vizinhança, circunstâncias de vida valorizadas pela sua cultura.

A literatura sobre bairro rural mostra a tradição que esses agentes sociais têm de relações de vizinhança e parentesco por afinidade, que é bastante facilitada pelas condições do assentamento.

Percebe-se que esses trabalhadores estão tentando reestruturar suas vidas, buscando elementos no seu passado e na sua cultura. Essa busca, entretanto, não significa barreiras para modernização do processo de trabalho e comercialização da produção. O sonho do chefe de família é se tornar produtor bem sucedido. Da última vez que estivemos no assentamento, a reivindicação mais forte era de financiamento, "permissão" para produzir matérias-primas para as indústrias locais.

Tentando assimilar como o trabalhador assentado colocava-se naquele momento no contexto da sociedade brasileira, indagou-se sobre sua condição de assentado. A resposta foi a seguinte: "Eu já não falo mais em assentamento, já tem cinco anos que estamos aqui, tenho direito de ficar na terra. Estou falando em sítio Santa Luzia e hoje sou uma pessoa considerada, tenho crédito na farmácia do seu fulano, no armazém do seu beltrano". Mostrou um talão de nota fiscal a partir do qual comercializa queijos e rapaduras produzidas na sua propriedade e continuou falando de seus planos de investimento e ampliação do seu negócio, que incluía a possibilidade de transformação da matéria-prima produzida no interior do assentamento.

Finalizando, gostaria de ressaltar que esperamos que estudos de caso como esses, que estamos relatando, tenha a capacidade de ultrapassar os objetivos de cunho acadêmico, como aprimorar o conhecimento sociológico sobre a família brasileira nas diversas classes sociais e suscite a reflexão de que a discussão sobre a capacidade de trabalho e de adaptação dos trabalhadores assentados à moderna agricultura paulista deve ir muito além da aferição do montante produzido e comercializado. Talvez seja prudente analisar o que o assentamento significa e pode significar na história de vida de milhares de agentes sociais, que lograram deixar a vida de miséria na periferia dos núcleos urbanos. Confrontar suas ações com as ações governamentais, considerando o fato de que, na ausência de recursos financeiros para impor um tipo de organização, aproveitar o saber e os traços culturais do trabalhador para organizar e estruturar novos núcleos de reforma agrária, pode ser de grande valia.

LITERATURA CITADA

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro, Zahar,

1983. 135p.

BOTTA FERRANTE, Vera L. S. & SILVA, Maria A. M. A Política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**: Botucatu, **11**: 33-53, 1988.

CENTRO DE PESQUISA SOBRE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Programa de emergência para a criação de empregos**. São Paulo, CEPAM, 1984. 62p.

D'INCAO, M. C. et alii. **Politiques publiques, réponses locales le programme boia-fria dans le municipes de São Paulo**. São Paulo, CEPAM/ CIRED, 1988. 310 p. (Documento interno).

FERREIRA DE CHONCHOL, M. E. et alii. **Stratégies officielles, réponses locales, le programme boia-fria dans l'etat de São Paulo**. Paris, EHSS/CIRED, 1986. 84p. (Documento Trv).

PANZUTTI, Nilce P. M. A política fundiária do Governo do Estado de São Paulo, 1983-87. **Agricultura em São Paulo**, SP, **37**(3): 99-118, 1990.

QUEIROZ, Maria I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo, Vozes, 1973. 242p.

SÃO PAULO. Universidade Estadual de São Paulo. Faculdade de Ciências Agrônômicas. **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo, Pólis, 1982. 337p.